



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS
QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI



MEMÓRIAS SOCIAIS E PATRIMÔNIO CULTURAL: os olhares sobre a diversidade cultural na atualidade.

Alexandre Fernandes Corrêa*

RESUMO

Reflexão sobre a preservação dos patrimônios culturais e das memórias sociais na atualidade. Análise crítica das políticas do patrimônio cultural e natural na sociedade brasileira contemporânea, através de aproximações teóricas com outras disciplinas, numa perspectiva transdisciplinar.

Palavras-chave: Memória Social – Patrimônio Cultural – Ciência Social

ABSTRACT

Reflection on the preservation of the cultural patrimonies and the social memories in the present time. Critical analysis of the politics of the cultural and natural patrimony in the Brazilian society contemporary, through theoretical approaches with others you discipline, in a complex perspective.

Key-words: Social Memory – Cultural Heritage – Social Science

1 INTRODUÇÃO

É preciso dizer algumas palavras iniciais que servirão para me apresentar a audiência e aos leitores do texto em que se baseou a palestra. Sou professor, pesquisador e extensionista. Como profissional da área das Ciências Sociais, de formação específica em antropologia, exerço aquele tipo de profissão que o sociólogo alemão Max Weber considerava a “profissão do exagero”. Então, posso dizer que aqui se encontra o professor, o pesquisador e o cientista social: três expressões profissionais que carregam a sina do “exagero”. Assim, gostaria de dizer que usarei como recurso didático o mesmo procedimento convencional que um biólogo, um químico ou um cientista típico – que povoa o imaginário de todos – vou usar uma grande lente de aumento, isto é, vou exagerar fatos e fenômenos sociais. Pegarei uma lente de aumento bem grande e colocarei entre os olhos dos que estão presentes aqui, e os fatos e fenômenos sociais e culturais que destacarei a seguir. E como recurso didático vou exagerar – raciocínio por tipo extremo¹ – para dramatizar e caricaturar, sem ser desagradável, chamando a atenção dos que aqui estão

*Profissão: Sociólogo. Doutor em Ciências Sociais- Departamento de Sociologia e Antropologia/UFMA.

¹Como escreveu José Carlos Rodrigues: “tomar algumas tendências constatáveis nos dados da pesquisa ou na elaboração teórica e levar estas tendências até as últimas consequências lógicas” (RODRIGUES, 1992, p. 103).

para os problemas que a atualidade nos coloca no domínio da conservação, preservação e, principalmente, da promoção cultural. Desenvolvo há alguns anos o Projeto de Ação Cultural Teatro das Memórias², na Comunidade de Itaqui-Bacanga (Vila Maranhão) e no Centro Histórico (Desterro)³, portanto, sou muito interessado nesse tema escolhido para a conversa. Não tenho uma posição desinteressada – sou um apaixonado pelo assunto – o que muitas vezes pode se tornar um obstáculo no processo de produção de conhecimento que desenvolvo na pesquisa acadêmica.

2.DIVERSIDADE BIOCULTURAL

Introduzidas estas observações iniciais, volto a lembrar, para que não se esqueçam: – vou exagerar, para obter um efeito dramático, ampliando o alcance e o gradiente dos problemas expostos e desse modo fazê-los pensar sobre os fenômenos que vou delinear nesta ocasião. Nesse breve tempo tentarei fazer uma reflexão sobre a formação dos olhares sobre as singularidades culturais plurais – num país tão rico em diversidade cultural e natural (diversidade bio-cultural), que hoje está em crescente perigo. A partir de minhas experiências com a extensão universitária e a ação cultural na área do patrimônio cultural e da memória social (CORREIA, 2001), comecei a compreender algumas dificuldades que apareciam na formulação das prioridades do trabalho científico e político. Foi nesse caminho de tentar revelar o que estava subjacente a estas dificuldades no diálogo e na compreensão entre atores sociais de origens sociais diferentes, que surgiram as preocupações que gostaria de compartilhar. Não tenho respostas para todos os problemas que vou tentar detalhar – mas, saber colocar os problemas de forma adequada e pertinente as vezes é melhor do que ficar fixado na idéia de encontrar a solução imediata. Nesse domínio, uma reflexão científica nunca é demais – a despeito de vivermos numa época ansiosa por soluções fáceis e imediatas e com certa fobia em pensar e refletir de modo organizado, crítico e reflexivo. Nessa linha, pergunto: em função das demandas pelo registro do patrimônio cultural atual, quais são as formações subjetivas dos “registradores” da cultura popular? Nós, pesquisadores, professores, estudiosos, indivíduos formados na classe média e com visão universitária e formados em padrões culturais diferenciados, temos condições de ser sensíveis as diversas coordenadas temporais e espaciais dos diversos tipos culturais dos brasileiros? Quais são as bases epistemológicas da formação de nosso olhar sobre a cultura popular? São perguntas importantes, do tipo: quem somos nós – consumidores passivos de cultura (CD’s e DVD’s), que não produzimos cultura, não participamos de

²Blog: <http://teatrodasmemorias.blogspot.com/>

³Estamos começando estudos para implantar o Projeto no bairro da Vila Palmeira.

manifestações culturais e artísticas populares? Quem somos nós, formados num tipo de olhar de espectador de TV, muitas vezes deslumbrados e encantados com a cultura popular – reflexo de uma vida oposta ao mundo encantado das manifestações artísticas populares? Quem somos nós? Somos essencialmente pessoas condicionadas pelo sistema de valores e de representações da classe média. Então, que marcas indelévels deixam em nós essa origem de classe? Que marcas e traços de classe deixam na nossa formação subjetiva? Essas perguntas nos conduzem a reflexão sobre o que é que estamos “registrando”, “preservando” na cultura popular atual. É preciso um exame criterioso sobre essas práticas. Pois, sob a influência dessas condicionantes que formamos um olhar sobre as outras formações culturais e subjetivas.

3.ABORDAGEM INTERCULTURAL

Primeiro é preciso ter cuidado para não estar reproduzindo Livros de Registros⁴ do nosso olhar sobre as alteridades populares; se pretendemos criar um Livro de Registro dos “Saberes” populares devemos ter o cuidado de respeitar verdadeiramente os bens e valores culturais populares e os fazeres e saberes populares da cultura. Creio que a contribuição da Antropologia e das Ciências Sociais, é de muita valia nesse domínio da reflexão relativizadora. O método científico erve para isso – descortinar o olhar, treinar o pesquisador para que ele coloque em questão a sua própria formação subjetiva e possa compreender, pela intersubjetividade, pelo diálogo entre as culturas, o sentido das dinâmicas culturais contemporâneas. A antropologia é o exercício de uma abordagem intercultural. E como escreveu Maurice Merleau-Ponty:

A Etnologia não é uma especialidade definida por um objeto particular – etnia, sociedades primitivas, etc. – é a maneira de pensar que se impõe quando o objeto é “outro” e que exige nossa própria transformação (1984, p. 199).

Nesse sentido, uma pergunta importante é: O desejo de registrar o chamado patrimônio cultural imaterial é de quem? O que é isso registrar? Qual o desejo que está subjacente a essa práxis do “registrar”? O estranhamento das práticas sociais e culturais não deve ser exercido apenas em relação aos “outros”, muitas vezes, “outros fabricados” e fetichizados, no que se convencionou chamar de cultura pós-moderna. Esses “outros” fabricados, são simulacros de “diferenças” fabricadas, muitas das vezes para o turismo voraz, e, outras vezes, para sustentar a moda do “elogio da diferença” – como aponta Paul Ricoeur (MORIN, 2003), não se tem falado mais nas semelhanças – o que vale é o

⁴ Decreto nº3.551/2000 – Cria o Livro dos Registros do Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro.

“diferencial” no mercado. O exemplo mais forte disso está nas modas contemporâneas expressas na museomania e na etnomania. Precisamos ter muito cuidado com o que está acontecendo nesse processo de “registro” e “preservação” da cultura popular na contemporaneidade. Ao nos interessarmos pela cultura popular, não parece que estamos tendo o cuidado de descobrir e respeitar as expressões diversas e plurais das temporalidades e espacialidades (das outras formações subjetivas, à margem da formação subjetiva dominante – que é a nossa). Esses grupos culturais têm outras coordenadas de tempo e espaço – temos que compreender isso. Ver como exemplo as noções bem diversas do sentido de tempo e espaço do “lazer”, que nos é significativo, e o da “brincadeira”, que é próprio da cultura popular. A importância da “brincadeira”, como patrimônio cultural brasileiro e universal, é de uma expressão antropológica e cultural extraordinária. De modo açodado – pois é a moda do momento – estamos tentando impor uma racionalidade e uma lógica dominante sobre esses “patrimônios”, que têm o direito de ser reconhecidos e respeitados pelas suas singularidades, pelas suas formações subjetivas singulares, em diálogo com a nossa. Temos que ter cuidado com essas formações culturais singulares, que resistiram por séculos ao colonialismo europeu (e agora norte-americano). Essas manifestações culturais que muitas vezes se misturaram e se hibridizaram, para sobreviver, mas que agora estão correndo o sério risco de morte final e definitiva – isto é, sucumbir a lógica dominante atual que vorazmente devora – exotizando tudo, como mercadoria para o turismo mundial – agência poderosa e que tem patrocinado esses eventos e debates contemporâneos. Devemos nos distanciar dos fenômenos sociais e adotar uma perspectiva crítica – isso é fazer antropologia. Em relação ao que eu falava ainda a pouco sobre a morte que está expressa no decreto presidencial, vejam como não estou cometendo nenhuma injustiça:

Decreto No. 3551/2000. Institui o Registro de Bens Culturais e Natureza Imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial:

Art. 07 – O IPHAN fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos, e a encaminhará ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para decidir sobre a revalidação do título de “Patrimônio Cultural Brasileiro”.

Parágrafo único. Negada a revalidação, será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo.

O prazo de validade é de apenas 10 (dez) anos. Num mundo de transformações alucinantes como o nosso, parece ser um tempo suficiente para testemunharmos a agonia dessas manifestações. Eles nos deram o prazo de validade (ou de validação), dos bens registrados nesses livros burocráticos! Penso que, ao contrário dessa posição, deveríamos juntar esforços no sentido de enfrentarmos essa pulsão de morte que está sobre a cabeça dos agentes culturais. É preciso, outrossim, “promovermos” essas manifestações, tendo o cuidado de respeitar suas singularidades, sem tentar impor uma lógica cultural que não é própria desses grupos. Não adianta falar de inclusão social, mais emprego e auto-

sutentabilidade – os brasileiros souberam manter essas manifestações culturais por 300 anos, não seremos nós que nunca fizemos cultura e arte popular – consumidores passivos de CD's e DVD's – que vamos ensinar a essas pessoas como preservar sua cultura. O que deve ser feito é a promoção de políticas sociais básicas para a população brasileira se desenvolver e melhorar de vida. Quem afinal faz cultura popular? É o povo, não somos nós de classe média... Então, preservar a cultura popular é promover as condições de vida do povo brasileiro, as condições de vida e o desenvolvimento do país. Isto é, financiar o saneamento básico, com água e esgoto para todos, luz elétrica, escola, transporte, rede de saúde pública. Ou será que pensamos que ao promovermos a vida da população ela deixará de produzir cultura popular, porque vai deixar de ser povo? Mais a frente nesse texto, ver-se-á que essa pergunta não é tola, ou simples provocação despropositada. Nossa posição é outra, não pensamos assim. Acreditamos que a melhoria da vida da população, é o melhor caminho para a preservação da cultura popular brasileira. O resto a população fará por si mesma, ela sabe preservar sua herança cultural – nós é que não sabemos. A população sabe preservar seus costumes e valores, nós não – pois não os temos mais. Já não seguimos o mesmo estilo de vida dos nossos avós e bisavós, nos urbanizamos, nos modernizamos. A angústia da perda é nossa – somos nós é que não temos cultura, que somos consumidores passivos de produtos mercadológicos e fonográficos. Volto a enfatizar isso, que é uma questão científica que nos distingue do folclorismo nostálgico ingênuo e acrítico. Em termos metodológicos e epistemológicos, devemos ter muito cuidado com a nossa formação subjetiva – temos que colocar sob crivo científico as nossas opiniões, sentimentos e olhares naturalizados sobre a cultura popular e o folclore – e digo que com certeza, a antropologia contribui para a elaboração de uma abordagem relativizadora. Temos que estranhar não só os outros, o que é muito fácil, mas, devemos estranhar a nós mesmos, a nossa formação subjetiva e desnaturalizá-la, o que é muito mais difícil de fazer – só com treinamento e orientação acadêmica competente. Só através de um procedimento reflexivo e científico teremos condições de compreender as outras lógicas culturais. Portanto, as palavras-chave nesse trabalho de elaboração crítica e científica, são: estranhamento e distanciamento, das alteridades e das subjetividades. Para ter acesso as alteridades e a diversidade cultural, devemos colocar em perspectiva antropológica, nossas próprias formações subjetivas constituintes. Todo cuidado é pouco nesse domínio, dominado pelas inautenticidades e simulações que se utilizam e fazem pirataria da cultura popular – alguns classificam isso como “atitudes pós-modernas”. Outros dizem que essas incursões na cultura popular, são feitas em nome da inclusão social e da redenção turística oferecendo novos empregos. Contudo, não se pode impor uma lógica mercadológica as formações culturais que nunca visaram o lucro. Essas manifestações são “anti-lucro”; como o próprio povo diz: são “brincadeiras”, não são “produtos”. Essa é a diferença fundamental

entre “lazer” e “brincadeira”. A “brincadeira” tem um valor cultural extraordinário, tem uma raiz cultural profunda: uma verdadeira herança cultural. “Lazer” e “brincadeira” são conceitos sociológicos distintos, que foram criados em formações culturais distintas. A antropologia tem muito a oferecer nesse domínio dos estudos da cultura popular. Claude Lévi-Strauss no seu livro *Antropologia Estrutural I* coloca em destaque o que designou as *Missões Próprias da Antropologia*⁵. Nesse texto, intitulado *O lugar da antropologia nas ciências sociais e problemas colocados por seu ensino* (Unesco-1954), Lévi-Strauss estabelece que a tarefa do antropólogo é “reconhecer e isolar *níveis de autenticidade*” (1975, p. 408-9). Diante dessa missão categórica, definida há décadas, e cada vez mais conscientes de que é impossível viver em sociedade sem algum *regime de autenticidade*, se entende então que sempre haverá a necessidade do saber antropológico, já que esse é o limite do devir humano. O processo de dominação de uma lógica cultural sobre as expressões da chamada “cultura popular”, implica uma série de reflexões sócio-antropológicas importantes. A cultura popular é plena de expressões autênticas, ou, como diz Claude Lévi-Strauss, possui “níveis de autenticidade”. Objeto próprio do antropólogo, “níveis de autenticidade” é o que esse cientista deve buscar na sua pesquisa de campo.

4.CONCLUSÃO

Ao colocar essas questões não se está a dizer que se trata de uma pesquisa fácil. Hoje, nós estamos em pleno processo civilizatório de transformação, num acelerado processo de mundialização e globalização. Entretanto, o que temos de resguardar para o interesse científico, e que deve chamar nossa atenção é o que os especialistas em estudos culturais têm chamado, já a algum tempo, de virada cultural do capital. Essa virada do capital para o investimento na cultura, vem desde as décadas de 1950 e 60, logo após a IIª Guerra. Na atualidade o capital se alastra sobre novos domínios naturais e culturais. Hoje, a virada da cultura se soma aos investimentos na cibernética e nos patrimônios genéticos e da bio-tecnologia. Não precisamos ir tão longe aqui, nessa breve exposição; mas, a lógica econômica que se impõe é a mesma. Ver, por exemplo, o caso da Stevia – açúcar usado pelos povos Guaranis. Bom para os diabéticos e que tem conhecimento tradicional agregado a exploração comercial desse açúcar revolucionário – que os ouvintes devem conhecer, pois estão nos supermercados da cidade. Para terminar, quero reafirmar meus argumentos, e reforçar meu alerta no sentido de que não devemos perder o verdadeiro foco da questão da cidadania cultural e dos direitos culturais, tema que finalmente está em voga

⁵Missões Próprias da Antropologia: Objetividade, Totalidade, Significação e o Critério da Autenticidade (STRAUSS, 1975, p. 404-10)

nos debates, mas que, infelizmente, continua dominado por essa ansiedade produtivista e instrumental. Trata-se de um exemplo final que gostaria de ilustrar para, por fim, deixar minha mensagem de alerta, como professor, pesquisador e agente público – que trabalha no poder público, que é a Universidade Federal. Eis o meu último exemplo para reflexão. Num seminário em que apresentava minhas pesquisas sobre a cultura, o patrimônio e a memória social, uma participante, que trabalha no Museu Histórico de Alcântara, expressou o seguinte problema. Ela narrou que faz alguns anos, em 2004, uma equipe do Ministério das Minas e Energia, num trabalho articulado com outros ministérios, que cuidam do saneamento e infraestrutura, esteve naquela cidade e, após alguns estudos, decidiu consultar a comunidade, sobre quais benefícios a população gostaria de priorizar. Com a definição das prioridades dadas pela comunidade, a equipe, então, começou a promover a eletrificação e o saneamento básico, colocando água encanada e encanamento de esgoto e fiação elétrica, como a comunidade queriam – afinal, desejavam ver televisão e tomar banho de chuveiro, e outros benefícios sociais. Bem, de repente a história muda de direção – surpreendentemente, por sinal. A notícia daquelas obras se espalhou na região, e, não demorou muito, uma outra equipe, agora ligada ao Ministério da Cultura, se dirigiu ao local apressadamente manifestando-se totalmente contra aquele trabalho de melhoria da infraestrutura da comunidade. Todos ficaram assustados, afinal, o que é que havia de errado? Bem, ao darem atenção aos representantes do Ministério da Cultura, ouviram o seguinte vaticínio: a comunidade poderia continuar aquele trabalho de melhoria (em outras palavras – “modernização”), porque desse modo a população local estaria descaracterizando o “patrimônio” cultural local, original, típico de uma comunidade remanescente de bairro rural tradicional! Afinal, o povo brasileiro, a população empobrecida merece isso? Isso é preservação cultural? Quem é que define o que o povo quer ou não deve querer? Quem decide o que é patrimônio cultural, o que deve ser preservado ou não? O que é cultura popular, identidade cultural, etc.? O que é cultura imaterial, ou material, nessa crônica que eu narrei agora? Será que devemos deixar o nosso povo vivendo no atraso, na precariedade para serem habitantes de Museus Vivos da pobreza mundial? Museus para turistas estrangeiros e nacionais, vir visitar um bairro rural pobre, “autenticamente” preservado? Quais são os critérios que vamos seguir? Creio que é necessário definir uma ética e uma política mais clara, mais justa, mais ética. Desse jeito isso vai causar muita revolta popular. Por fim, eu lembraria que isso não está ocorrendo só aqui em nosso país, é uma problema da América Latina e da África – existem também diversas vozes descontentes com isso. É preciso muito cuidado e muita reflexão, e respeito para com a população. A revolta das comunidades indígenas de Chiapas, no México, foi construída em função da resistência ao escárnio as quais essas populações se viram submetidas, colocadas a margem da sociedade mexicana, com seus patrimônios sendo

vilipendiados, e consumidos pelo turismo. Seus artesanatos tornando-se mercadorias baratas, souvenirs reproduzidos em série, aviltando a valor cultural de bens simbólicos milenares. É preciso muito respeito e muito cuidado nesse domínio. A garantia de uma prática cultural de salvaguarda digna e responsável, deve ter como guia de orientação procedimentos científicos claros e objetivos. Não dá para improvisarmos e impor lógicas econômicas reducionistas. Devemos colocar em questão estas práticas salvacionistas e relativizar nossos pontos de vista. Isso só pode ser feito através de um trabalho antropológico contundente e cientificamente preparado.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mário de. **Cartas de trabalho**. Brasília: MEC/SPHAN/Pró-Memória, 1981
- _____. **Sociedade de etnografia e folclore**. São Paulo: DC/Prefeitura de São Paulo (1936-39). Rio de Janeiro: FUNARTE, INL; São Paulo: SMC, 1983
- CORRÊA, Alexandre F. **Políticas do patrimônio e da memória**. Projeto de Pesquisa. São Luís: DEPSAN/UFMA. 2001.
- _____. **Vilas, parques, bairros e terreiros**. Tese de Doutorado. São Luís: EdUFMA. 2003.
- _____. Barroco. **Ciências Humanas em Revista**. v. 2, n. 1. São Luís: Edufma/UFMA. CCH, 2004. p. 153-163.
- BRASIL. Decreto nº. 3551/2000. Institui o registro de bens culturais e natureza imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Brasília: MINC. 2000
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural I**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro. 1975
- _____. **O olhar distanciado**. Lisboa: Edições 70, 1986
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1984
- MORIN, Edgar. **Terra-pátria**. Porto Alegre: Sulina. 1995
- _____. **A religação dos saberes**. Rio de Janeiro: Bertrand. 2001
- RODRIGUES, José Carlos. **Ensaio de antropologia do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Terra Nova. 1992.